



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS  
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

**NATHALYA PEREIRA RODRIGUES**

**COREIA DO SUL E JAPÃO: Um passado conflituoso refletido nas políticas de  
cooperação para o GSOMIA**

**BRASÍLIA – DF  
2020**

**NATHALYA PEREIRA RODRIGUES**

**COREIA DO SUL E JAPÃO: Um passado conflituoso refletido nas políticas de  
cooperação para o GSOMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Relações  
Internacionais do UniCEUB, como  
requisito parcial para obtenção do grau  
de Bacharel Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Martin Adamec

Brasília-DF

2020

**NATHALYA PEREIRA RODRIGUES**

**Coreia do Sul e Japão: Um passado conflituoso refletido nas políticas de  
cooperação bilateral para o GSOMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Relações  
Internacionais do UniCEUB, como  
requisito parcial para obtenção do grau  
de Bacharel Relações Internacionais.

Orientador: Prof Martin Adamec

Banca Examinadora:

---

**Professor Martin Adamec**

Orientador

Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Brasília - DF

2020

## RESUMO

Esse resumo trata de um estudo sobre as relações entre Coreia do Sul e Japão no período da ocupação japonesa na península em 1910 a 1945 e seguindo também para as relações durante a Guerra Fria e Guerra das Coreias. O que motivou o estudo desses períodos é observar se neles há explicações para a conturbada relação bilateral que afeta os dois países asiáticos, principalmente no que diz respeito ao Acordo de Segurança de Informações Militares (GSOMIA). Esse estudo foi constituído em uma profunda pesquisa de artigos e publicações de especialistas na área de Relações Internacionais e Política na Ásia. A partir do material recolhido é feita uma análise que busca explicar a relação Coreia do Sul-Japão à luz do realismo estrutural de Kenneth Waltz.

**Palavras-chave:** GSOMIA, acordo, Coreia do Sul, Japão, realismo estrutural

## ABSTRACT

This essay deals with a study of relations between South Korea and Japan during the period of the Japanese occupation of the peninsula from 1910 to 1945, and also goes on to relations during the Cold War and the Korean War. What motivated the study of these periods is to observe if there are explanations for the troubled bilateral relationship that affects the two Asian countries, mainly with regard to the Military Information Security Agreement (GSOMIA). This study was made up of an in-depth research of articles and publications by experts in the field of International Relations and Politics in Asia. From the collected material, an analysis is made that seeks to explain the South Korea-Japan relationship in light of Kenneth Waltz's structural realism.

**Keywords:** GSOMIA, agreement, South Korea, Japan, structural realism

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	7
<b>1 ACORDO GERAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES MILITARES (GSOMIA)</b>	8
<b>2 RESENTIMENTOS HISTÓRICOS</b>	11
2.1. O movimento de 1º de Março	12
2.2. O fim do domínio japonês	13
2.3. Guerra fria e a Guerra das Coreias	14
2.4. O Pós Guerra-Fria e a postura japonesa	17
<b>3 GSOMIA E RELACIONAMENTO BILATERAL PELA ÓTICA DO REALISMO ESTRUTURAL</b>	21
<b>4 CONCLUSÃO</b>	27
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	30

## INTRODUÇÃO

As relações entre a Coreia do sul e o Japão sempre foram bastante conturbadas, pesadas por uma grande tensão no que concerne temas políticos, econômicos e principalmente dívidas históricas. Algumas tentativas de cooperação acabam por se tornar falhas entre esses dois países no decorrer do século XX e século XXI. Um exemplo disso é o Acordo de Inteligência de Informações Militares (GSOMIA) que tentou ser firmado em 2012 pelos Estados Unidos porém só veio a ser criado de fato em 2016. O motivo de 4 anos de tentativa foi justamente a falta de confiança em cooperar entre a Coreia do Sul e o Japão. Em 2019 esse acordo virou notícia no ambiente político pois a Coreia do Sul decidiu rompê-lo devido a novas políticas japonesas que abalaram de certo modo o país coreano.

A inspiração para o tema de pesquisa foi uma mistura cultural pessoal, partindo do desejo de falar sobre a Coreia do Sul e estudar mais a respeito de sua posição política no cenário internacional, e acadêmica, pelo interesse de analisar o GSOMIA em específico pois considero que seja um acordo importante na política tanto japonesa quanto sul coreana. Tendo em vista essa conturbada relação, cabe no momento uma análise sobre as questões que envolvem o comportamento de ambos os lados do governo, tanto coreano, quanto japonês - e de certo modo também o governo americano pelo fato de os EUA serem o país criador do GSOMIA, que será abordado na primeira parte deste trabalho, e estar bastante envolvido com ambos os países desde a época da ocupação japonesa em 1910.

A segunda parte deste ensaio dará lugar a um breve resumo das relações entre Japão e Coreia do Sul desde a época da ocupação japonesa na península em 1910. O status das relações Coreia do Sul-Japão são indiretamente ligadas com questões que envolvem o sistema nos últimos tempos. Visto que ambos os países são “protegidos” pelos Estados Unidos da América e que uma das principais ameaças - em diferentes níveis - são a Coreia do Norte e a China, traz se aqui um debate relevante para o caminhar das relações internacionais dentro e fora do ambiente asiático. Não se trata apenas de uma questão bilateral, aos olhos dos analistas a questão é bem mais profunda.

Já na terceira, e conclusiva, parte do ensaio será desenvolvida uma análise de pontuais comportamentos tanto do Japão quanto da Coreia do Sul à luz do realismo estrutural. Optei por usar aqui o realismo estrutural de Kenneth Waltz, partindo das características que essa teoria traz e que, ao meu ver, se aplicam ao que temos na relação Coreia do Sul-Japão, uma estrutura de permanente conflito em um ambiente anárquico de extrema desconfiança e incerteza. No decorrer deste trabalho serão evidenciados alguns episódios conflituosos que influenciam no comportamento desses dois países asiáticos e incentivam a pesquisa e o estudo das questões sensíveis e do relacionamento atual entre Coreia do Sul e Japão. Como contribuição para continuação de um debate embasado no realismo estrutural é esperado que esta análise apeteça as discussões sobre o caso e floresça um olhar crítico para os processos de cooperação entre Coreia do Sul-Japão, tanto os processos que foram feitos quanto os que se seguirem.

## **1. ACORDO GERAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES MILITARES (GSOMIA)**

No dia 22 de agosto de 2019 o vice-diretor do Conselho de Segurança Nacional da Coreia do Sul Kim You-Geun anunciou o rompimento do Acordo Geral de Segurança de Informações Militares (GSOMIA) com o Japão devido a tensões tanto diplomáticas quanto comerciais entre os dois países. O pacto foi criado em 2016 pelos Estados Unidos para o compartilhamento de informações confidenciais na área de segurança nacional com a Coreia do Sul e o Japão principalmente com o objetivo de uma maior ligação e proteção contra as ameaças da Coreia do Norte, que, na época, fazia testes no lançamento de mísseis de curto alcance na região. O surgimento da China como uma potência naval também acabou por aumentar as tensões no leste asiático o que motivou ainda mais os Estados Unidos na criação desse acordo. Os Estados Unidos já possuíam uma relação de cooperação vívida com a Coreia do Sul e o Japão separadamente. O ponto chave para essa tríade seria uma forte cooperação entre Coreia do Sul e Japão mas essa ponta do triângulo se mostrou claramente como o ponto fraco nos planos norte americanos.

Para o compartilhamento de informações tão importantes quanto de segurança nacional é necessário que haja um relacionamento estreito entre os envolvidos, o que não caracteriza a relação nipo-sul-coreana. Em 2012 houve uma primeira tentativa de estabelecer o GSOMIA no leste asiático, contudo, uma forte oposição sul-coreana, vinda tanto de partidos políticos quanto da própria opinião pública, fez com que o acordo não vingasse. O acordo de segurança foi rompido pela parte sul-coreana com a justificativa de perda de confiança nos japoneses devido a atitudes tomadas pelo governo japonês que foram extremamente desgostosas para os coreanos. (G1- 28.08.2019).

Em 1º de julho de 2019 as autoridades japonesas restringiram as exportações de produtos químicos especializados como poliamida fluorada e fluoreto de hidrogênio, materiais extremamente necessários para a produção de semicondutores, telas de smartphones e televisores das empresas de tecnologias sul-coreanas. Uma das empresas que mais seriam afetadas é a multinacional Samsung Electronics, tendo em vista que o Japão é o principal fornecedor desses suprimentos para a empresa. Já no início de agosto de 2019 o Japão ampliou as restrições comerciais para a Coreia do Sul e a retirou da “lista branca” de parceiros preferenciais para exportação fazendo com que os pedidos de exportação para o país sul coreano precisassem de uma apuração mais detalhada e menos simplificada. Com isso, as empresas exportadoras japonesas necessitariam de uma aprovação do Ministério da Economia, Comércio e Indústria para cada contrato de venda de materiais. Produtos como maquinário, fibra de carbono e outros que o Ministério julgue como potencialmente aplicável a fins militares precisariam dessa autorização que poderia levar até 90 dias para ser concedida. Segundo o Ministro da Economia japonês, Hiroshige Seko, essa decisão não significou o fim da exportação, mas sim uma maior cautela no momento de exportar certos tipos de produtos visando sempre o melhor para proteger a segurança nacional do Japão. A justificativa japonesa para essas restrições foi de que a Coreia do Sul estava fazendo uso inadequado desses materiais químicos que seriam “itens controlados” com uso potencial para criação de tecnologia militar. Mesmo assim não citaram empresas ou nem mesmo a forma de como exatamente esses produtos estavam sendo mal administrados.

Outro fator apontado como potencial motivo por trás das restrições japonesas, foi a decisão da Suprema Corte sul coreana que, em 30 de outubro de 2018, ordenou que algumas empresas japonesas indenizassem vítimas sul coreanas pelo trabalho forçado e sem remuneração que fizeram durante a colonização japonesa na península entre 1910 e 1945. (NHK - Tóquio 28.08.2019) (AFP - 01.09.2019) (NYT - 15.07.2019).

Já em novembro de 2019 a Coreia do Sul decidiu voltar atrás em sua decisão de encerrar o pacto de compartilhamento de inteligência militar com o Japão devido a uma considerável pressão dos EUA que não media esforços para manter o acordo a fim de evitar piores tensões entre Tóquio e Seul. Kim You Geun, vice diretor do escritório de segurança nacional da Casa Azul afirmou que o governo decidiu suspender a saída do pacto com a condição de que o GSOMIA pudesse ser rescindido a qualquer momento. Em resposta o primeiro-ministro japonês Shinzo Abe disse que a Coreia do Sul tomou uma decisão estratégica e que era muito importante que o Japão, a Coreia do Sul e também os Estados Unidos cooperem e se coordenem para lidar com a ameaça norte coreana. Depois da decisão de Seul, Washington parabenizou a Coreia do Sul afirmando que cada passo positivo para superar os desafios globais e regionais e fortalecer a cooperação trilateral eram válidos. (KYODO, 2019)

Algumas autoridades japonesas sustentam a ideia de que a Coreia do Sul interpretou de forma errônea e equivocada o ambiente de segurança regional quando tomou a decisão de romper com o GSOMIA, partindo do pressuposto de que temas de comércio e de segurança não deveriam estar vinculados numa mesma pauta. Tendo em vista a pressão norte americana afirmando ser fundamental o desenvolvimento do acordo GSOMIA para a segurança indo-pacífica e para o combate da ameaça nuclear norte coreana, Kim You Geun disse que a Coreia do sul suspenderia a queixa que foi feita contra o Japão na Organização Mundial do Comércio (OMS) devido ao episódio do controle de Tóquio sobre a exportação de materiais necessários para os fabricantes de semicondutores sul coreanos, caso o Japão removesse os controles de exportação.

De qualquer forma ainda há dúvidas sobre a melhora no relacionamento dos dois países, já que ambos continuam em desacordo sobre a questão de

compensação pelo trabalho nos tempos de guerra e que Seul considera que as medidas de controle de exportação significaram uma retaliação por parte de Tóquio após as exigências judiciais do governo sul coreano. Por outro lado, negando essa suposição, o governo japonês argumenta que as questões pertinentes ao período de ocupação de 1910 - 1945 já tinham sido resolvidas em um acordo bilateral que foi firmado em 1965 (KYODO, 2019). Na sequência passamos a discussão das relações históricas entre os dois países, que continuam, aparentemente, marcando suas relações bilaterais até os dias de hoje.

## **2. RESSENTIMENTOS HISTÓRICOS**

Anteriormente foram citadas algumas questões sensíveis no diálogo entre Coreia do Sul e Japão que podem ser associadas ao período da ocupação japonesa na península coreana entre 1910 e 1945, findada junto com a Segunda Guerra Mundial. Em um artigo escrito para a Britannica, Kwang-Rin Lee, professor de história coreana na universidade de Sogang e Young Ick Lew, professor de história coreana na universidade de Hallym, explicam o processo de transição que passou a península coreana desde a ocupação japonesa até o decorrer da Guerra das Coreias.

Em 1910, o Japão anexou a Península coreana como sua colônia, abolindo o Império Coreano do rei Gojong que reinava pelos últimos 13 anos apenas (1897-1910). O Japão criou um governo na Coreia estabelecido por generais e almirantes que obedeciam as ordens do imperador japonês. Sem oportunidade de defesa, os coreanos tiveram privados os seus direitos à liberdade seja ela de expressão, reunião, imprensa ou de se reunir entre si. Escolas privadas foram fechadas pois não cumpriam com os padrões impostos pelos japoneses e nas escolas públicas as autoridades coloniais impuseram seu próprio sistema educacional com o intuito de fazer com que a Coreia se assemelhasse cada vez mais com o padrão japonês. No método de ensino eram excluídas as matérias de língua e história coreanas e substituídas pela língua e história japonesas. Além das escolas, redes de transporte e comunicação e o sistema monetário e financeiro

foram readaptados. Coreanos não tinham o direito de praticar o comércio e perderam o direito também por suas terras que foram expropriadas sem chance de reivindicação e vendidas a baixo custo para os japoneses. Sem muita alternativa muitos dos donos das terras migraram para a Manchúria ou Japão em busca de emprego (Lee e Lew, 2019).

## **2.1. O movimento de 1º de Março**

Manifestações anti-japoneses começaram a surgir como movimento de resistência da Coreia em 1º de março de 1919, algumas semanas depois da morte do antigo imperador, Gojong, símbolo da independência para os coreanos que lamentaram profundamente sua morte em todas as partes do país. Em Seul no dia 1º de março de 1919 foi lida uma Declaração da independência numa manifestação que contou com uma forte onda de cerca de 2 milhões de estudantes e cidadãos que tomaram as ruas exigindo a sua liberdade, a independência. O movimento de 1º de Março como ficou conhecido foi uma tentativa pacífica de apelo aos japoneses, contudo, a resposta que o povo coreano recebeu pouco ou nada tinha de pacífica. Unidades do exército e da marinha japonesa foram chamados para conter as manifestações com uma repressão brutal que resultou em cerca de 47.000 coreanos presos, 7.500 mortos e 16.000 feridos (Lee e Lew, 2019).

Em 13 de abril de 1919 foi estabelecido em Xangai um governo provisório de exílio da República da Coreia que era reconhecido pelo Governo Nacionalista da China com o propósito de resistência à ocupação japonesa na península. Os líderes independentistas Yi Tong Nyong e Chang Ho desse governo provisório decidiu por eleger Syngman Rhee como presidente da Coreia em setembro de 1919 e reuniu todos os coreanos exilados estabelecendo uma eficiente aliança com líderes chineses dentro da Coreia. Nesse período a *gendarmérie* japonesa foi substituída por uma força policial comum e a imprensa do país recebeu liberdade parcial, entretanto a política colonial controladora e opressora do Japão permaneceu inclemente mesmo utilizando de métodos menos notáveis (Lee e Lew, 2019).

Levando a vantagem comercial que a Coreia proporcionou durante a Primeira Guerra Mundial, o Japão deu um salto como país capitalista. A Coreia havia se

tornado não só um mercado de bens japoneses bem como uma região fértil para investimento de capital. Contudo, esse desenvolvimento industrial japonês custou sacrifícios na produção agrícola o que resultou numa escassez crônica de arroz. Com isso o governo colonial passou a desenvolver projetos que conseguissem ser eficazes no aumento da produção de arroz em toda a Coreia e, desse modo, vários camponeses foram obrigados a transformar suas terras em campos de arroz. Com a depressão de 1929 esse projeto foi suspenso temporariamente mas rapidamente retomado satisfazendo assim as necessidades crescentes dos militares japoneses nos conflitos com China em 1931. Devido à distribuição dessa produção de arroz ser feita para os soldados e população japoneses, o povo coreano foi forçado a substituir o arroz em sua alimentação por outros cereais de baixa qualidade que eram importados da Manchúria ao invés de consumir o arroz de sua própria terra (Lee e Lew, 2019).

## **2.2. O fim do domínio japonês**

Após o Movimento de 1º de Março foram fundados alguns diários e revistas como o DongA Ilbo (Diário do Leste Asiático) e o ChoSun Ilbo (Diário da Coreia) que, por meio de seus periódicos começaram a inspirar o povo coreano com ideais de patriotismo e democracia. Nas comunidades acadêmicas estudos eram realizados e publicados a respeito da cultura e tradição coreanas além de novelas e poemas coreanos que começavam a ser produzidos. (Lee e Lew, 2019).

Por conta do funeral do imperador Sunjong - último imperador da dinastia Joseon, findada com a ocupação japonesa de 1910 - ocorreu uma grande manifestação anti-japonesa em Seul em 1926, seguida de uma revolta estudantil a nível nacional em novembro de 1929 em Gwangju que exigia o fim da discriminação japonesa. No decorrer desses anos e os que se seguiram ocorreram também ondas mais amenas de movimentos de resistência liderados por grupos de intelectuais coreanos. Em resposta a esses movimentos e numa tentativa de tomar novamente total controle, em 1931 os japoneses impuseram novamente o domínio militar sobre a Coreia. Logo após o início da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937) e da Segunda Guerra Mundial no Pacífico (1941) o Japão fez tentativas de extinguir a

Coreia como nação: sociedades acadêmicas dedicadas aos estudos coreanos foram extintas, a publicação de jornais, revistas e livros foi proibida, coreanos foram obrigados a cumprir rituais de adoração em santuários Shintō e também foram forçados a trocar seus nomes por opções de origem japonesa. Desesperados por mão-de-obra para reconstruir as fileiras de forças militares e laborais que estavam em decadência, o governo japonês forçou centenas de milhares de coreanos capazes, incluindo homens e mulheres, a lutar pelo Japão e trabalhar em minas, fábricas e bases militares. Após o início da Guerra do Pacífico, japoneses forçaram milhares de mulheres coreanas a prestar serviços sexuais (as chamadas “mulheres de conforto”) para os militares.

Assim que Xangai caiu nas mãos dos japoneses, o governo provisório coreano situado na região mudou-se para Xunquim que ficava no sudeste da China e declarou guerra contra o Japão em dezembro de 1941 organizando o Exército de Restauração Coreano que era composto por combatentes coreanos e chineses que eram a favor da independência da Coreia. Esse exército lutou até agosto de 1945 e a rendição japonesa, que pôs fim aos 35 anos de domínio japonês sobre a Coreia (Lew, 2019).

Logo após a euforia da liberdade, a Península foi dividida na parte Sul e Norte, governadas por líderes diferentes e com influências totalmente opostas que resultou em um conflito que se perdurou por aproximadamente 6 décadas.

Em seu artigo “*South korea, japan and Wartime Shadows*”, Snyder (2015) faz um resumo de que durante todo o período pós Segunda Guerra Mundial, as relações entre Coreia-Japão e EUA foram sempre carregadas de uma interrogação e uma falta de desfecho dos assuntos do passado colonial. Mesmo no início da Guerra das Coreias o Presidente sul-coreano Syng-man Ree, que já não era muito simpático aos japoneses, delimitou 90 quilômetros da costa da Península e prendia os pescadores japoneses que a atravessassem, o que foi um episódio que dificultou uma tentativa de progresso entre os dois países nessa época.

### 2.3. Guerra fria e a Guerra das Coreias

As causas dos ressentimentos entre Coreia do Sul e Japão ultrapassam a época da ocupação e se estendem também para o período posterior onde podem ser citados alguns eventos que configuraram impasse na tentativa de uma reconciliação entre as duas nações asiáticas.

Emitida em 1º de Dezembro de 1943 pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e China, a Declaração do Cairo prometeu independência da Coreia “em seu devido tempo”. Com essa afirmativa vaga, líderes do governo provisório coreano em Chongqing pediram interpretação da Declaração aos Estados Unidos porém não obtiveram resposta. O presidente norte americano Franklin D. Roosevelt sugeriu ao Primeiro-Ministro soviético Joseph Stalin na Conferência de Yalta em fevereiro de 1945, uma tutela de quatro poderes para a Coreia que seria constituída pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha, U.R.S.S. e República da China. Stalin chegou a concordar com Roosevelt a respeito dessa tutela mas não foi firmado qualquer acordo sobre o futuro da Coreia.

Em julho de 1945, durante uma conferência em Potsdam, líderes militares norte-americanos tentaram encorajar a entrada soviética na guerra contra o Japão. Ao serem questionados sobre a invasão da Coreia, os norte-americanos responderam que tal expedição só seria feita depois de uma chegada bem sucedida no território japonês. A Declaração de Potsdam incluía em seu texto os termos da Declaração de Cairo que garantiria independência à Coreia dizendo que esses termos “serão cumpridos”. Entrando na guerra contra o Japão em 8 de agosto, a U.R.S.S. deixou claro que apoiaria a independência da Coreia e no dia seguinte tropas soviéticas entraram em ação na Manchúria e na Coreia do Norte.

A Ordem Geral nº 1, redigida a 11 de Agosto pelos Estados Unidos para os termos de rendição japonesa na Coreia, previa que as forças japonesas ao norte da latitude 38° N (o paralelo 38) se rendessem aos soviéticos e as do sul dessa linha aos americanos. Stalin não se opôs a essa ordem, e no dia 8 de Setembro as tropas americanas desembarcaram na Coreia do Sul, quase um mês após a primeira entrada soviética. No dia seguinte, os Estados Unidos receberam a rendição japonesa em Seul. Havia agora duas zonas - norte e sul - pois os soviéticos já

tinham começado a selar o paralelo 38. A decisão histórica de dividir a península tem gerado especulações sobre vários aspectos. Alguns historiadores atribuem a divisão da Coreia à conveniência militar em receber a rendição japonesa, enquanto outros acreditam que a decisão foi uma medida para evitar que as forças soviéticas ocupassem toda a península coreana. Uma vez que a política dos EUA relativamente à Coreia durante a Segunda Guerra Mundial tinha como objetivo impedir o domínio da Coreia por uma única potência, pode concluir-se desse modo que a principal razão para a divisão era impedir o avanço soviético a sul do paralelo 38 (Lew, 2019)

Os Estados Unidos então tomaram frente da transição da parte Sul em uma república e os soviéticos se encarregaram de estabelecer um regime comunista com o líder Kim Il Sung no poder da parte norte da península. No início da Guerra Fria, em 1948 efetivamente se estabeleciam dois países soberanos e a fronteira entre a Coreia do Sul e Coreia do Norte dividia dois ideais opostos.

Dois anos mais tarde, em 1950, o Exército Popular da Coreia, apoiado pela China e União Soviética ultrapassou esse paralelo se deslocando para a Coreia do Sul com objetivo de unificar novamente a península só que dessa vez sob o poder da família Kim - líderes da parte norte. Esse proceder desencadeou na época o primeiro campo de batalha da Guerra Fria, Coreia do Sul e Coreia do Norte apoiadas por Estados Unidos e União Soviética respectivamente, começaram a receber forças armadas autorizadas pelas Nações Unidas para findar o conflito que se configurava não só numa guerra física mas também de cunho ideológico: o Capitalismo contra o Comunismo (Military Times, 25.06.2020). Após três anos e meio de guerra, resultando em cerca de 4.000.000 de mortos, o armistício entre Coreia do Sul e Coreia do Norte foi assinado em 27 de julho de 1953. A principal linha de batalha se tornou uma zona desmilitarizada (DMZ) ocupando cerca de 2 quilômetros para cada lado da fronteira. Também foram estabelecidas algumas comissões como a Comissão de Nações Neutras para a Repatriação que faziam com que fossem cumpridos as exigências do cessar-fogo. Essa Comissão em particular encarregava-se da repatriação de prisioneiros de guerra (em sua grande

maioria chineses) que decidiam por abrir mão de sua pátria e ficar permanentemente na Coreia do Sul ou ir para Taiwan (Lee e Lew, 2019).

#### **2.4. O Pós Guerra-Fria e a postura japonesa**

Segundo Scott Snyder, especialistas em Estudos da Coreia e diretor do programa de política EUA-KOREA, a democratização da Coreia do Sul na década de 1980 foi decisiva para que ambos os lados da península enxergassem os esforços que o Japão deveria fazer para uma possível reconciliação histórica, após algumas manifestações na Coreia do Sul que mostravam a indignação da população e um pedido de que a justiça fosse feita (Snyder, 2019). Tendo em vista que num sistema democrático se ouve a voz da população, os sul coreanos queriam nesse momento justiça. A primeira pressão disso foi logo na década de 1990 com o levantamento da questão das “mulheres de conforto”, mulheres coreanas usadas como instrumentos sexuais para os soldados japoneses na época da ocupação japonesa na península. Por parte do Japão houve uma tentativa de reconhecer o sofrimento das vítimas e providenciaram um tipo de compensação a elas através da ONG Fundo das Mulheres Asiáticas, o que não gerou muita confiança pois a iniciativa partiu de terceiros e não necessariamente do governo japonês. Anos mais tarde foram feitas duas declarações, a Declaração de Kono em 1993 e a Declaração de Murayama em 1995 ambas muito importantes para dar suporte à política de reconciliação por parte do Japão (Snyder, 2019).

A Declaração de Kono foi um comunicado criado pelo chefe de gabinete do LDP (Partido Liberal Democrático do Japão), Yohei Kono, em 4 de agosto de 1993 assim que foi concluído um estudo do governo que descobriu que o Exército Imperial Japonês havia forçado mulheres a trabalhar em bordéis militares durante a II Guerra Mundial. De início o governo japonês negou que tivesse coagido as chamadas “mulheres de conforto” a esse ponto e que trabalhavam por sua própria vontade. Porém depois dessa investigação e na Declaração de Kono o governo japonês reconheceu que os militares japoneses estavam direta e indiretamente ligados à criação desses bordéis e que eles próprios conduziam o recrutamento

dessas mulheres contra a vontade das mesmas e as faziam viver em condições de miséria nesses bordéis (MOFA, 1993).

As to the origin of those comfort women who were transferred to the war areas, excluding those from Japan, those from the Korean Peninsula accounted for a large part. The Korean Peninsula was under Japanese rule in those days, and their recruitment, transfer, control, etc., were conducted generally against their will, through coaxing, coercion, etc. Undeniably, this was an act, with the involvement of the military authorities of the day, that severely injured the honor and dignity of many women. The Government of Japan would like to take this opportunity once again to extend its sincere apologies and remorse to all those, irrespective of place of origin, who suffered immeasurable pain and incurable physical and psychological wounds as comfort women.

Kono Statement, August 4, 1993.

Já a Declaração de Murayama foi um comunicado criado pelo ex-Primeiro Ministro do Japão, Tomiichi Murayama em 15 de agosto de 1995 em um pronunciamento pelo 50º Aniversário do Fim da Guerra. Nesse pronunciamento ele sintetizou o papel do governo japonês sobre o reconhecimento histórico e a reconciliação com as nações submetidas ao colonialismo japonês envolvendo principalmente a China e a República da Coreia. A Declaração de Murayama foi um ato significativo tanto no que diz respeito a reconciliações das questões de guerra quanto na mudança da percepção doméstica e internacional do Japão. (MOFA, 1995) (The New York Times, 1995).

During a certain period in the not too distant past, Japan, following a mistaken national policy, advanced along the road to war, only to ensnare the Japanese people in a fateful crisis, and, through its colonial rule and aggression, caused tremendous damage and suffering to the people of many countries, particularly to those of Asian nations. In the hope that no such mistake be made in the future, I regard, in a spirit of humility, these irrefutable facts of history, and express here once again my feelings of deep remorse and state my heartfelt apology. Allow me also to express my feelings of profound mourning for all victims, both at home and abroad, of that history.

Murayama Statement, August 15, 1995.

A reação sul-coreana a essa Declaração não foi muito positiva suspeitando da credibilidade dessa declaração pois os meios de reconciliação não foram garantidos

de maneira concreta. O Fundo para Mulheres Asiáticas, que foi criado dentro do que concerne essa declaração foi rejeitado pelas mulheres sul-coreanas que foram violentadas na época da guerra e pelo governo sul-coreano. Elas argumentaram que deveria ocorrer além de uma compensação direta do governo japonês, um reconhecimento de que houve uma anexação forçada em 1910. Tendo em vista que os japoneses seguiram se negando a atender essas condições, o povo sul coreano, desde governo à opinião pública, sente uma inconsistência nas palavras e ações do governo japonês. Um exemplo disso é que, depois de normalizadas as relações diplomáticas entre Japão e Coreia do Sul, as vítimas coreanas não conseguiram legalmente fazer reivindicações individuais contra o governo japonês nem contra empresas japonesas. Isso dá força a ideia do Japão não estar comprometido em fazer uma reconciliação genuína (South China Morning Post, 2015).

Depois dessas duas declarações houveram outras duas significativas feitas por outros ministros na tentativa de se desculpar pelos acontecidos no período da ocupação e diminuir as tensões entre Japão e Coreia do Sul, o que não obteve sucesso devido à contradições nas falas e atitudes desses ministros, segundo as autoridades coreanas. O ex-Primeiro Ministro Junichiro Koizumi emitiu uma declaração em 5 de agosto de 2005 sobre as atitudes militares do Japão no século XX, contudo, China e Coreia do Sul se pronunciaram dizendo que as tentativas de evitar desculpas explícitas e diretas aos acontecidos estavam prejudicando os laços diplomáticos.

Sincerely facing these facts of history, I once again express my feelings of deep remorse and heartfelt apology, and also express the feelings of mourning for all victims, both at home and abroad, in the war. I am determined not to allow the lessons of that horrible war to erode, and to contribute to the peace and prosperity of the world without ever again waging a war.

Koizumi Statement, August 15, 2005.

Mencionando palavras como “governo colonial”, “agressão” e “profundo remorso” Koizumi dava ênfase ao reconhecimento japonês do que havia feito no passado colonial, porém, suas visitas ao Santuário de Yasukuni, que homenageia

2,5 milhões de japoneses mortos na guerra, incluindo 14 criminosos de guerra, acabaram o contradizendo e piorando os laços entre Tóquio e Seul. Afinal, um ministro comparecer a um local que faz esse tipo de homenagem contradiz consideravelmente suas tentativas de demonstrar arrependimento pelas atrocidades cometidas por esses mesmos criminosos de guerra. (South China Morning Post, 2015)

No início de 2015 o ex-Primeiro Ministro Shinzo Abe sinalizou ao seu governo uma vontade de alterar em partes a Declaração de Murayama, o que exigiria autorização do gabinete. O planejamento de Abe era manter o conteúdo geral das declarações anteriores e incluir três pontos principais: uma expressão de remorso pela agressão do Japão durante a Guerra, comentários sobre a caminhada democrática do Japão nos últimos 70 anos e os planos que o governo japonês tinha para o futuro que incluíam medidas para melhorar a prosperidade regional e global. Kenji Eda, líder do Ishin no To (Partido da Inovação Japonês) alertou Abe contra essas alterações no texto da Declaração de Murayama afirmando que isso iria “enviar uma mensagem diferente aos países vizinhos”. O presidente do Partido Comunista Japonês, Kazuo Shii, também pediu para que Abe pensasse melhor a respeito dessas alterações. Abe fez sua declaração no dia 14 de agosto de 2015 no 70º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, o que causou muita polêmica especialmente em países como a China e Coreia do Sul. Baseada em declarações anteriores como a de Murayama, a Declaração de Abe teve como objetivo projetar a visão do século 21, no contexto da reconciliação do Japão com outras nações e das contribuições internacionais nos 70 anos desde o fim da Guerra.

Also in countries that fought against Japan, countless lives were lost among young people with promising futures. In China, Southeast Asia, the Pacific islands and elsewhere that became the battlefields, numerous innocent citizens suffered and fell victim to battles as well as hardships such as severe deprivation of food. We must never forget that there were women behind the battlefields whose honour and dignity were severely injured. Upon the innocent people did our country inflict immeasurable damage and suffering. History is harsh. What is done cannot be undone. Each and every one of them had his or her life, dream, and beloved family. When I squarely contemplate this obvious fact, even now, I find myself speechless and my heart is rent with the utmost grief.

Abe Statement, August 14, 2015.

A Coreia do Sul criticou-o como "decepcionante", seguindo-se diversas reações de outros países asiáticos, como Taiwan, reivindicando ao governo japonês que examinasse sua agressão durante a guerra - no sentido de reconhecer a gravidade dos acontecimentos e dos danos causados - e aprendesse as lições da história. As palavras de Abe sobre o fim do "pedido de desculpas" do Japão e que a geração de Abe não deve permitir que as próximas gerações "sejam predestinadas a se desculpar" foram consideradas insatisfatórias pelos que acreditam que os japoneses deveriam se desculpar de forma direta pelas marcas que o Japão colonial deixou na história e não somente generalizar um pedido de desculpas vago e pobre como vêm fazendo com essas últimas declarações (The Japan Times, 2015).

Vimos até aqui que diversas foram as tentativas de se restabelecer uma relação amigável entre os dois países, contudo é correto afirmar que para o governo sul coreano essas tentativas vêm sendo muito fracas e insuficientes da parte do Japão. Tendo isso em vista, com o objetivo de tentar explicar o motivo de tamanha tensão utilizando-se dos estudos de Relações Internacionais, partiremos para a análise de como essa relação seria explicada pelo realismo estrutural e se essa teoria é suficientemente eficaz a ponto de descrever empiricamente tal relação.

### **3. GSOMIA E RELACIONAMENTO BILATERAL PELA ÓTICA DO REALISMO ESTRUTURAL**

Observando até aqui toda a bagagem histórica que envolve Coreia do Sul e Japão e o contexto em que se encontra o Acordo Geral de Segurança de Informações Militares (GSOMIA), é cabível concluir que as falhas do acordo, já analisadas neste trabalho, estão diretamente ligadas com os ressentimentos históricos que eclodiram entre 1910 e 1945. Tendo em vista tal ótica, declaro o intuito deste capítulo à análise do relacionamento entre esses dois países asiáticos no decorrer do século XX e século XXI utilizando como base o realismo estrutural de Kenneth Waltz, a medida em que percebi similaridade entre alguns conceitos principais da teoria e o relacionamento descrito nos capítulos anteriores. Em seu

livro *Teoria das Relações Internacionais*, Waltz propõe uma teoria que permita explicar e até mesmo prever eventos que se sucederão no sistema internacional, uma teoria mais estruturalizada - o realismo estrutural. Segundo ele, a atenção do analista para percepção dos acontecimentos do sistema deve ser concentrada não nas interações entre os atores, mas nas posições que esses atores estão organizados dentro do sistema. Waltz argumenta também que para que haja uma mudança estrutural, é preciso que ocorra a princípio uma mudança nessas posições (Waltz 2002).

Para o autor a estrutura do sistema, então, é definida por três pilares: princípio ordenador, caráter das unidades e distribuição das capacidades. Dentro desta análise priorizarei apenas o primeiro e o terceiro pilar, apenas por motivos de interesse nos conceitos trazidos nestes dois pilares em especial. Primeiramente, ao contrário dos hierárquicos sistemas políticos internos, o sistema internacional é anárquico e descentralizado, partindo do pressuposto que, formalmente, todos os Estados são “iguais” não havendo um Estado soberano capaz de impôr a ordem aos demais. Esse ambiente anárquico produz mecanismos explanatórios para o equilíbrio de poder nas Relações Internacionais e o comportamento dos Estados nessa atmosfera é determinado pela distribuição assimétrica do poder (Waltz, 2002). A ordem é determinada pelo comportamento das unidades no sistema internacional. Waltz acredita que o sistema internacional é espontâneo e involuntário e que nele impera a política de autoajuda e a preocupação com a sobrevivência, que é pré-requisito para qualquer outro objetivo estatal. A segurança estatal é garantida pelo acúmulo de recursos. Em virtude das características que definem a relevância dos Estados em uma estrutura, em um ambiente anárquico internacional, os Estados devem confiar nos meios que são capazes de gerar e nos acordos que os auto beneficiem (Correa, 2016).

Um ponto interessante na perspectiva de Waltz é que a estrutura anárquica do sistema internacional constrange o comportamento dos Estados, à medida que os pune ou os recompensa, embora eles sejam livres para agirem da forma que desejarem utilizando de sua soberania e do pressuposto de igualdade dentro do sistema. Com base nesse primeiro pilar pode-se observar que a estrutura

em que Coreia do sul e Japão estiveram, desde o princípio da análise proposta neste trabalho, e estão inseridos há características da política de autoajuda e preocupação com sua sobrevivência a medida em que há desconfiança e descontentamento entre as nações o que dificulta a cooperação. Outro exemplo é a notória preocupação particular que cada um tem com seu próprio território, priorizando ações que os favorecem em maior grau do que o outro. O Acordo Geral de Segurança de Informações Militares (GSOMIA) expressa-se nessa relação como um instrumento que tem por principal objetivo permitir uma maior ligação na área de segurança, observando conjuntamente os movimentos tanto da Coreia do Norte quanto da China.

Com base nisso, pode-se afirmar que o primeiro pilar estrutural do sistema internacional de Waltz é válido para explicar, até certo ponto, algumas atitudes dos governos sul coreano e japonês no desenrolar de suas atividades políticas. Essa validade é afirmada por exemplo nas atitudes do Japão em 1910 de utilizar de ofensivas militares e intervencionismo para aumentar o seu próprio poder e em 2019 de restringir as exportações de produtos químicos especializados e retirar a Coreia do Sul da lista branca de exportação dificultando as operações de comércio internacional entre os dois países, com a justificativa de que essa decisão foi tomada em prol da proteção da segurança nacional do Japão. Outro exemplo seria a decisão sul-coreana de deixar o GSOMIA por conta da perda de confiança no Japão e justificando isso também como uma atitude que prioriza a segurança nacional. Afinal, não há como manter um acordo de segurança e inteligência militar com um país que não é “confiável”.

Ainda é suficientemente possível explicar com o conceito do primeiro pilar estrutural a atitude do primeiro ministro japonês Shinzo Abe de demonstrar interesse na cooperação para o GSOMIA com o intuito de unir forças com a Coreia do Sul e EUA a fim de lidar com a ameaça norte coreana. Lidamos aqui com um país que se impõe na saída do Acordo e outro que defende sua continuidade.

Pode soar contraditório mas com a ótica do realismo estrutural é possível perceber as atitudes de ambos países dentro do princípio da auto ajuda porém com

pontos de vista totalmente diferentes. Assim como o governo sul coreano decidiu por sua vez romper o pacto priorizando sua segurança, claramente o governo japonês está preocupado com sua própria proteção e não da Coreia do sul ou menos ainda dos EUA. Vemos isso devido ao princípio da auto ajuda, onde o papel de uma aliança com países que detém um certo nível de poder beneficiaria o Japão de forma muito mais eficaz do que uma alternativa solitária de lidar com a ameaça norte-coreana, focando assim em ganhos relativos, não absolutos. Ademais, como já mencionado no capítulo anterior, a ameaça ao qual se trata o GSOMIA não é vista pela Coreia do Sul da mesma forma que é vista pelo Japão. Ambos lidam aqui com diferentes tipos de “inimigos”.

O terceiro pilar que caracteriza a estrutura do sistema para Waltz diz respeito à distribuição das capacidades: Essa distribuição das capacidades, segundo o autor, é um atributo da estrutura e não das unidades, tendo em vista que isso define a posição que cada Estado vai ocupar no sistema. Para Waltz, existem apenas dois tipos de distribuição das capacidades: a bipolar e a multipolar. A bipolaridade é mais estável pois, além de permitir uma maior organização entre os Estados, o inimigo é apenas um e a manutenção da paz é mais fácil de ser coordenada, além de também dificultar o jogo duplo e alianças não declaradas entre os Estados, tornando o sistema internacional de certa forma mais transparente. Em um sistema multipolar, pelo fato de o ambiente anárquico ser menos previsível e mais instável, é mais difícil para os Estados definirem claramente aqueles que são aliados ou que são inimigos (Correa, 2016).

Desse modo, a distribuição das capacidades é um conceito sistêmico e caso haja uma mudança nessa distribuição interna ou externamente, por meio de alianças, provoca uma alteração na estrutura do sistema. Observando essas considerações, Waltz aponta que, na relação entre os Estados na política internacional, o estado natural é o de guerra. A guerra pode acontecer a qualquer momento de acordo com a decisão dos Estados em optar pelo uso ou não de sua força. Waltz em sua análise afirma que as causas mais importantes das guerras são a natureza e o comportamento humano. Entretanto, a grande diferença entre o sistema interno e o internacional não é necessariamente o uso da força mas o fato

de o sistema internacional ser um sistema de auto ajuda e isso é devido à sua característica anárquica. Os Estados desenvolvem esforços internos - como formas de aumentar a capacidade econômica, aumentar a força militar, desenvolver estratégias inteligentes - e esforços externos - como formas para fortalecer e alargar as suas alianças ou para enfraquecer e encolher um oponente - como meios de atingir seus objetivos primordiais de segurança e auto preservação (Correa, 2002). Em um ambiente onde se prioriza essa auto preservação, as unidades se preocupam majoritariamente com a sobrevivência e evitam favorecer mais a outros do que a elas mesmas. Essa estrutura constrange o comportamento dos Estados, por exemplo, limitando a cooperação (WALTZ, 2002).

Baseando-se no conceito deste terceiro pilar estrutural vemos que o equilíbrio da balança de poder para Waltz está na assimetria entre os Estados e o destino de cada um deles no sistema internacional depende das suas reações às ações dos outros Estados. Quanto maior é a participação de um Estado na distribuição das capacidades e recursos no sistema internacional menores são as chances de ele ser constrangido ou ameaçado pelas outras unidades (Waltz, 2002).

Esse pressuposto se encaixa no comportamento que vemos acontecer com a criação do GSOMIA. Presenciamos hoje um ambiente multipolar onde diversos Estados são considerados potências mundiais com enorme poder militar e econômico. De acordo com Waltz, quanto menos capaz um Estado é de produzir recursos para a manutenção do bem estar interno, mais vulnerável ele ficará diante dos demais Estados, principalmente dos maiores detentores de poder. Um claro objetivo dos EUA na iniciativa de criação do GSOMIA foi a de expandir seus aliados de segurança no continente Asiático a fim de poder monitorar ou até mesmo controlar as atividades dos países envolvidos em função do seu interesse de estar um passo à frente às ameaças da Coreia do Norte e da China. O Japão e Coreia nesse caso se beneficiam da proteção norte americana contra essas ameaças. Concluo que por conta desses fatores há uma enorme pressão dos EUA para que a Coreia do Sul permaneça com o acordo de segurança militar, diria que uma pressão que demonstra um interesse americano nesse pacto maior do que o interesse do lado asiático do acordo.

Irei neste momento expor brevemente alguns conceitos teóricos a fim de contextualizar a conclusiva análise que se seguirá no próximo capítulo deste ensaio. Sobre o realismo estrutural, Waltz afirma que como os estados são funcionalmente indiferenciáveis, eles acabam por ser distinguidos pela posse no que diz respeito várias capacidades. Ou seja, o sistema internacional vai ser organizado partindo da variação de capacidades de projeção de poder. Assim é correto afirmar que, segundo Waltz, Estados são posicionados de maneira diferenciadas no sistema internacional de acordo com suas capacidades e a capacidade chave é o poder que, em grande parte, é definido em termos econômicos e militares. Vale ressaltar ainda que esse poder é importante em termos relativos e não absolutos, isso quer dizer que há sempre uma comparação entre as capacidades/recursos de poder de dos Estados, pois o ganho de uns pode vir a prejudicar outros.

Dessa forma podemos analisar alguns conceitos trabalhados por Waltz, o de interdependência e o de integração. Num ambiente anárquico, as unidades trabalham para manter um certo grau de independência. A integração junta capacidades estratégicas entre nações, deixando-as muito próximas e já no caso da interdependência, deixa as nações “frouxamente conectadas” (Waltz 2002). A estrutura da política internacional limita a integração e por isso ela quase nunca ocorre. Exemplificando: num sistema de auto ajuda, os ganhos relativos têm maior relevância, pelas vantagens da anarquia, e, ao mesmo tempo que ameaça a segurança, concede certa liberdade de ação para as unidade. Assim, Waltz conclui que quanto mais forte é uma unidade, maior será seu desejo pelo controle e exercício de sua autoridade e consequentemente, poder. Tendo isso em vista é correto afirmar pela ótica do realismo estrutural que os Estados agem de acordo com a *realpolitik*: o interesse estatal - ligado à área de segurança e defesa - é o que move a nação.

Portanto, conclui-se que, observando a estrutura, Estados buscam sua auto preservação e a maximização dos seus meios (capacidades e recursos) para exercer poder. Meios internos podemos lembrar do aumento das capacidades econômica e militar e como meios externos os esforços em aumentar essas capacidades através de conquistas e da formação de alianças com Estados mais

poderosos, reduzindo a capacidade de seus supostos inimigos e utilizando da balança de poder como “jogo de alinhamento” (Waltz 2002).

Sob essa ótica é correto afirmar que a estrutura em que Coreia do Sul e Japão estão inseridos desde o início do século passado é caracterizada no realismo estrutural de Waltz? Bom, como visto anteriormente, a teoria de Waltz é capaz de explicar as condições das tomadas de decisão que Coreia do Sul e Japão tomaram a respeito do Acordo Geral de Segurança de Informações (GSOMIA), até certo ponto. De forma simplista e sem muita profundidade podemos enxergar no comportamento desses dois países e até mesmo dos EUA, comportamentos que indicam uma estrutura anárquica e um sistema de auto ajuda na intenção de favorecer seus próprios interesses mais do que se preocupar com os interesses dos outros Estados envolvidos no acordo.

Porém, como tratado no segundo capítulo deste ensaio os motivos pelo qual as relações entre Coreia do Sul e Japão são conturbadas vai muito mais além do que a estrutura do sistema ao qual estão inseridos. Não é possível explicar utilizando do realismo estrutural as questões culturais e sensíveis a cada país, que continuam reaparecendo depois de tantos anos e acabam por pesar certas decisões tomadas por cada um desses agentes. Anteriormente foi exposto aqui episódios históricos que desabrocharam sentimentos de desconfiança para o Japão mas principalmente para a Coreia do sul. Desde os tempos da ocupação em 1910, é visto que as questões culturais se tornaram motivos de análise e de reflexão antes de a Coreia do Sul tomar qualquer decisão política que envolvesse segurança nacional e Japão no mesmo contexto.

Ademais, mesmo as atitudes do Japão na época se encaixando nos conceitos do realismo estrutural no que diz respeito intervencionismo e aumento de suas capacidades em busca de poder, a teoria, por ser focada na estrutura do sistema, não é suficiente o bastante para explicar de forma precisa a conturbada relação entre esses dois países, pois não é suficiente na hora de explicar causas mais profundas como as causas culturais e o advento de movimentos internos (de opinião pública, por exemplo), que têm influência nas atitudes que um governo toma na política internacional.

#### 4. CONCLUSÃO

Vimos neste ensaio a atmosfera e disposições sobre o Acordo de Segurança de Inteligência Militar (GSOMIA) estabelecido pelos Estados Unidos que mantém um grande interesse no sucesso desse acordo, os motivos pelo qual a Coreia do Sul desiste e, pouco tempo depois, retoma com esse acordo e as atitudes japonesas que desencadeiam sentimento de desconfiança para o Governo sul coreano. Foi analisado também as relações em que se inseriram Coreia do Sul e Japão desde o início da ocupação em 1910 até o decorrer da Guerra Fria e Guerra das Coreias a fim de identificar os motivos pelo qual a relação entre esses dois países é tão conturbada e, por fim, analisar o quanto os ressentimentos históricos influenciam nas tomadas de decisão que ocorrem no presente.

Acerca disso, há a impressão de que o sentimento de rancor e indignação para com o governo japonês é presente na memória do país coreano observando a sua relação com o Japão desde a época da ocupação em 1910. Pode se observar que, ainda com os Estados Unidos intervindo direta e indiretamente na relação dos dois países asiáticos, o clima de tensão, desconfiança e falta de cooperação é presente e, a medida que os governos tomam suas decisões, parece tensionar ainda mais.

As teorias acerca do motivo pelo qual as tensões entre Coreia do Sul e Japão não cessam e variam da animosidade histórica até o ambiente político em que os países estão inseridos e a falta de mediação norte americana. De acordo com Jennifer Lind, especialista em segurança internacional no leste asiático, essa crise se encaixa em “um padrão previsível” onde o governo sul coreano tende a ser mais brando em relação à Coreia do Norte e mais espinhoso em relação ao Japão e aos Estados Unidos. Embora o cenário em 2019 lembrasse alguns episódios no passado o elemento inédito foi a vontade de Donald Trump em iniciar negociações com a Coreia do Norte, já que líderes norte americanos anteriores demonstraram pouco ou nenhum interesse nessa pauta. Essa aproximação de Washington, digamos em termos bem superficiais, dá a Seul ainda mais margem para uma posição conciliatória com Pyongyang, ademais nota-se com isso a grande diferença na perspectiva que os sul coreanos e japoneses têm sobre a Coreia do Norte como

uma ameaça à segurança internacional. Mesmo com os testes de mísseis feitos pela parte norte da península, os sul-coreanos ainda acreditam na possibilidade de uma unificação entre as duas Coreias, isso é de fato um pensamento desejável e viável para eles que faz com que Pyongyang jamais seja visto como um adversário para Seul da mesma forma que é para o Japão. (PARK, 2019)

O que pode se concluir com isso é que, para que haja um avanço na relação, a raiz do problema subjacente de ressentimento e desconfiança entre Coreia do Sul e Japão deveria ser separada das questões de ameaça à segurança que o regime norte-coreano apresenta.

Como já havia acontecido em momentos anteriores, os Estados Unidos podem desempenhar um papel positivo na tentativa de reconciliação entre seus dois mais fortes aliados no leste asiático. Vale ressaltar que essa tentativa deveria ser feita de forma sutil pois os sul-coreanos já duvidam da posição norte americana de arbitrar imparcialmente. Sutil no sentido de que para os sul coreanos o GSOMIA deveria representar uma parceria espontânea entre Coreia do Sul e Japão. Nesse caso, dependendo da forma como os EUA se envolvem na relação entre os dois e insiste no cumprimento do acordo soa um pouco como uma ameaça americana de que haveria consequências se Coreia e Japão não conseguissem se resolver. Dong Joon Park, phd na Universidade de Georgetown e especialista em relações internacionais no leste asiático, diz que a cooperação trilateral que aumenta a segurança dos países envolvidos no GSOMIA deve ser uma recompensa pela sua boa relação e não um sentimento de medo por ameaças implícitas para fazer com que esses rivais cooperem. (PARK, 2019).

## REFERÊNCIAS

ABE, Shinzo. **Statement by Prime Minister Shinzo Abe**. Prime Minister of Japan and his Cabinet. Disponível em: <[https://japan.kantei.go.jp/97\\_abe/statement/201508/0814statement.html](https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201508/0814statement.html)>. Acesso em: 15 Setembro 2020.

AFP. **From Murayama to Koizumi: What Japan has previously said about its war record**. South China Morning Post. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/asia/east-asia/article/1849452/murayama-koizumi-what-japan-has-previously-said-about-its-war>>. Acesso em: 16 Setembro 2020.

CORREA, Fernanda das Graças. **A BALANÇA DE PODER SOB A ÓTICA DE KENNETH WALTZ: UMA DISCUSSÃO DA TEORIA SISTÊMICA**. Revista InterAção, v. 11, n. 1, p. 1–13, 2016.

DOOLEY, Ben. **Japan Cites ‘National Security’ in Free Trade Crackdown. Sound Familiar?** The New York Times. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/07/15/business/japan-south-korea-trade-war-semiconductors.html>>. Acesso em: 20 Maio 2020.

ENCE, Jonathan James. **Explaining Conflicts in Japanese-South Korean Relations**. All Graduate Plan B and other Reports, Utah, p. 5-9, p. 19-21, p. 23-32, maio 2013.

G1. **Coreia do Sul decide romper acordo de cooperação de inteligência militar com o Japão**. G1 Globo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/22/coreia-do-sul-decide-romper-acordo-de-cooperacao-de-inteligencia-militar-com-o-japao.ghtml>>. Acesso em: 17 Apr. 2020.

HAHN, Bae Ho; LEW, Young Ick. **The Korean War**. Britannica. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Korea/The-Korean-War>>. Acesso em: 8 Setembro 2020.

HAROLD, Scott W. **Why South Korea Should Rethink GSOMIA Withdrawal**. The Diplomat. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2019/11/why-south-korea-should-rethink-gsomia-withdrawal/>>. Acesso em: 20 Maio 2020.

KAWASHIMA, Shin. **The Long Road to Reconciliation in East Asia**. Nippon. Disponível em: <<https://www.nippon.com/en/column/f00034/the-long-road-to-reconciliation-in-east-asia.html>>. Acesso em: 16 Setembro 2020.

KOIZUMI, Junichiro. **Statement by Prime Minister Junichiro Koizumi**. Ministry of Foreign Affairs of Japan. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/announce/announce/2005/8/0815.html>>. Acesso em: 15 Setembro 2020.

KONO, Yohei. **Statement by the Chief Cabinet Secretary Yohei Kono on the result of the study on the issue of “comfort women.”** Ministry of Foreign Affairs of Japan. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/policy/women/fund/state9308.html>>. Acesso em: 15 Setembro 2020.

KYODO. **South Korea opts not to terminate intel-sharing pact with Japan**. Kyodo News. Disponível em: <<https://english.kyodonews.net/news/2019/11/d004921335aa-breaking-news-japan-s-korea-talks-ongoing-to-avert-gsomia-expiration-sources.html>>. Acesso em: 20 Maio 2020.

KYODO. **Taiwan urges Japan to learn lesson from wartime aggression**. Japan Times. Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/news/2015/08/14/national/politics-diplomacy/taiwan-urges-japan-to-learn-lesson-from-wartime-aggression/>>. Acesso em: 16 Setembro 2020.

LEE, Kwang Rin; LEW, Young Ick. **Division of Korea**. Britannica. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Korea/Division-of-Korea>>. Acesso em: 8 Setembro 2020.

LEE, Kwang Rin; LEW, Young Ick. **Korea under Japanese rule Military control**. Britannica. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Korea/Korea-under-Japanese-rule>>. Acesso em: 8 Setembro 2020.

MARTIM, Lara; SELIS, Rodrigues. **UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA Instituto de Relações Internacionais Programa de Pós-Graduação em Relações**

**Internacionais.** [s.l.: s.n.], 2011. Disponível em: <[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9751/1/2011\\_LaraMartimRodriguesSelis.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9751/1/2011_LaraMartimRodriguesSelis.pdf)>.

MASARU, Satō. **The Key US Role in Keeping GSOMIA Alive.** Nippon. Disponível em: <<https://www.nippon.com/en/news/100255/the-key-us-role-in-keeping-gsomia-alive.html>>. Acesso em: 16 Maio 2020.

MURAYAMA, Tomiichi. **Statement by Prime Minister Tomiichi Murayama “On the occasion of the 50th anniversary of the war’s end”** (15 August 1995). Ministry of Foreign Affairs of Japan. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/announce/press/pm/murayama/9508.html>>. Acesso em: 15 Setembro. 2020.

NHK JAPÃO. **Japão retira Coreia do Sul de lista preferencial de exportações.** Agencia Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-08/japao-retira-coreia-do-sul-de-lista-preferencial-de-exportacoes>>. Acesso em: 12 Maio 2020.

PARK, Cheol Hee. **Korea-Japan Relations under Deep Stress.** *In:* PARK, Cheol Hee. *Asia’s Alliance Triangle US-Japan-South Korea Relations at a Tumultuous Time: Part II Japan-ROK Relations under Stress.* [S. l.]: PALGRAVE MACMILLAN, 2015. cap. 7, p. 87-104.

PARK, DongJoon. **The US, Japan and South Korea Should Shelve GSOMIA (For Now).** The Diplomat. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2019/09/the-us-japan-and-south-korea-should-shelve-gsomia-for-now/>>. Acesso em: 15 Maio 2020.

SICARD, Sarah. **A brief history of the Korean War.** *Military Times.* Disponível em: <<https://www.militarytimes.com/veterans/military-history/2020/06/25/a-brief-history-of-the-korean-war/>>. Acesso em: 8 Setembro 2020.

SHIN, Gi-Wook. **National Identities, Historical Memories, and Reconciliation in Northeast Asia.** *In:* SHIN, Gi-Wook. *Asia’s Alliance Triangle US-Japan-South Korea Relations at a Tumultuous Time: Part V Japanese and Korean National Identity.* 1. ed. [S. l.]: Palgrave Macmillan, 2015. cap. 16, p. 189-202.

SNYDER, Scott A. **South Korea, Japan, and Wartime Shadows**. Council on Foreign Relations, [S. l.], 11 ago. 2015. Disponível em: <https://www.cfr.org/expert-brief/south-korea-japan-and-wartime-shadows>. Acesso em: 21 agosto 2019.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. [S. l.: s. n.], 1979.

WUDUNN, Sheryl. **Japanese Apology for War Is Welcomed and Criticized**. The New York Times. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1995/08/16/world/japanese-apology-for-war-is-welcomed-and-criticized.html>. Acesso em: 15 Setembro 2020.

XINHUA. **Coreia do Sul reconsiderará pacto de inteligência se o Japão eliminar restrições de exportação, segundo Ministério da Defesa**. Xinhua. Disponível em: [http://portuguese.xinhuanet.com/2019-11/16/c\\_138557580.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2019-11/16/c_138557580.htm). Acesso em: 16 Setembro 2020.